



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/06/2011



ÍNDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. PAUTA ZERO.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. PAUTA ZERO.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JULGAMENTOS.....	4 - 5
3.2. PAUTA ZERO.....	6 - 9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. JULGAMENTOS.....	10
4.2. PAUTA ZERO.....	11 - 12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	13
5.2. INSTITUCIONAL.....	14
5.3. PAUTA ZERO.....	15 - 16
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. PAUTA ZERO.....	17
6.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	18 - 19
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	20 - 22
7.2. COMEÇAR DE NOVO.....	23
7.3. DESEMBARGADORES.....	24
7.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	25 - 26
7.5. JULGAMENTOS.....	27 - 30
7.6. PAUTA ZERO.....	31 - 33
7.7. SERVIDORES.....	34
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. COMEÇAR DE NOVO.....	35
8.2. JULGAMENTOS.....	36
8.3. PAUTA ZERO.....	37 - 40
8.4. SERVIDORES.....	41

8 vereadores são contra posse do vice em Paço do Lumiar

Oito vereadores do município de Paço do Lumiar distribuíram Nota de Repúdio em que condenam o comportamento do presidente da Câmara de Vereadores daquele município e do vice-prefeito, empossado como prefeito. **PÁGINA 2**

8 vereadores são contra posse do vice em Paço

Oito vereadores do município de Paço do Lumiar distribuíram Nota de Repúdio em que condenam o comportamento do presidente da Câmara de Vereadores daquele município e do vice-prefeito. Veja a íntegra da Nota:

NOTA DE REPÚDIO

Nós vereadores do município de Paço do Lumiar, abaixo relacionados, representando a maioria absoluta da Câmara de Vereadores, vimos à público manifestar nosso veemente repúdio à violência e ao desrespeito ao art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município, bem como ao Regimento Interno de nossa Casa Legislativa perpetrada pelo seu presidente e vice prefeito, quando o primeiro deu posse ao segundo no cargo de prefeito de forma irregular, na medida em que não convocou a indispensável sessão extraordinária para o ato que, ainda, inobservou o quorum regimental para abertura da referida sessão.

Repudiamos, ainda, a invasão a prédios públicos municipais que gerou a paralisação de serviços públicos essenciais à comunidade em geral causando instabilidade político-institucional e grave violação a ordem e a segurança pública.

Por oportuno, nos solidarizamos com a Exma. Sra. Prefeita do Município, Bia Venâncio, legitimamente eleita pelo voto popular, mormente diante da perseguição ostensiva a qual vem

sendo submetida ao longo de sua gestão, sem que lhe seja oportunizado o legítimo direito constitucional de ampla defesa e contraditório, em especial quando teve suas contas de 2009 consideradas inexistentes pelo Tribunal de Contas do Estado em processo que não respeitou o prazo legal existente na Lei Orgânica daquela Corte de Contas e considerou como válido para o julgamento, depoimento de suposta testemunha para o qual não foram intimados o Ministério Público de Contas e a prefeita.

Repudiamos, ainda, o fato de o processo em referência ter servido de base para concessão da medida liminar que determinou o afastamento da Exma. Sra. Prefeita Municipal, Bia Venâncio, que novamente se vê submetida de forma injusta e leviana à execução pública.

Por fim, esperamos que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado corrija com a celeridade que o caso requer, essa grave injustiça e reestabeleça a ordem jurídica no município.

Paço do Lumiar, 02 de junho de 2011.

Sebastião Escolástico Almeida Filho "Almeida"
Raimundo Pedro Silva "Raimundo Careca"
Fernando Antônio Braga Muniz
Orlete Mafra Furtado
Francisco Pereira Filho "Charuto"
Edson Arouche Junior "Junior do Mojó"
Wilson Pires de Amaral
José Itaparandi Almeida

IMPROBIDADE

Deputados destacam afastamento de prefeitos

Os deputados Manoel Ribeiro (PTB) e Afonso Manoel (PMDB) elogiaram a determinação da Justiça do Maranhão em punir prefeitos que respondem a processos por improbidade administrativa. Em especial, eles abordaram o afastamento da prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio, numa decisão dos juízes que integram o programa Pauta Zero, da Corregedoria Geral de Justiça.

"Quero parabenizar os juízes que cassaram, afastaram Bia

Venâncio Arôso da Prefeitura de Paço do Lumiar. Sabiamen- te fizeram e fizeram Justiça", avaliou Manoel Ribeiro.

Manoel Ribeiro fez ainda um alerta, declarando que Bia Venâncio comentou na cidade que têm "madrinha forte e padrinhos fortes" e ainda "tem dinheiro no caixa" para conseguir uma liminar garantindo o seu retorno ao cargo.

"Será um retrocesso se isso acontecer, porque foi a própria

Corregedoria [do TJ-MA] que determinou a força tarefa para que limpasse todos os processos (Programa Pauta Zero), principalmente os processos de corrupção dos prefeitos do Maranhão", disse Manoel Ribeiro.

Ribeiro fez um apelo no sentido de que os desembargadores do Tribunal de Justiça não maculem uma decisão justa, que conta principalmente com a aprovação popular. "De parabéns está a população de Paço

do Lumiar; de parabéns está a Justiça do Maranhão", concluiu.

Em discurso proferido em seguida, o deputado Afonso Manoel solidarizou-se com as palavras de Manoel Ribeiro. Ele relatou que recebeu diversos telefonemas informando que parte da população do município se concentraria na praça Viva Maiobão, nesta quinta-feira (2), para comemorar a decisão da Justiça. "A voz do povo é a voz de Deus", declarou Afonso Manoel.

Quilombolas

De Jesus



Um grupo formado por cerca de 200 quilombolas acampados desde quarta-feira, 1º, realizou uma passeata no Centro de São Luís para demonstrar sua insatisfação com o Tribunal de Justiça do Maranhão. A manifestação saiu da frente do TJ por volta de 15h30 e tomou a Rua do Egito, Avenida Beira-Mar e retornando à Avenida D. Pedro II. Por cerca de 40 minutos o trânsito ficou congestionado nas vias próximas. Líderes do movimento afirmam que só deixarão o acampamento após a chegada de representantes de entidades da capital federal, que discutirão a desapropriação de terras em áreas quilombolas. Eles pedem, ainda, proteção a cerca de 15 líderes que estariam ameaçados de morte.

• **O prefeito** João Castelo (PSDB) está ouvindo conselheiros para decidir se irá ao Supremo Tribunal Federal contra decisão do Tribunal de Justiça sobre o IPTU.

- **Pode** ser a qualquer momento uma decisão da Justiça a recurso impetrado pela prefeita afastada de Paço do Lumiar, Bia Venâncio.

Carolina

Carolina é o próximo município a ser alvo do programa “Pauta Zero” da Corregedoria Geral de Justiça.

Juízes da comarca, auxiliados pelos membros da própria CGJ, vão analisar todos os processos pendentes nas varas do município.

O que pode gerar repercussão parecida com a que ocorreu com a passagem do “Pauta Zero” por Paço do Lumiar.

Vereadores questionam a posse do novo prefeito do município de Paço do Lumiar

Maioria da Câmara Municipal emitiu "Nota de Repúdio" em que classificou de "violência e desrespeito" o afastamento da prefeita Bia Venâncio e a posse do vice

Marco Aurélio D'Eça
Da Editoria de Política

O presidente da Câmara Municipal de Paço do Lumiar, Alderico Campos, em companhia de outros dois vereadores, deu posse ontem ao vice-prefeito Raimundo Filho (PHS), por determinação da Justiça estadual, que havia afastado a prefeita Bia Venâncio (PDT) durante programa "Pauta Zero", realizado na Comarca. A posse do vice foi criticada pelos outros oito vereadores do município, que emitiram "Nota de Repúdio" contra a decisão do presidente. Ontem, os advogados de Bia Venâncio deram entrada em recurso no Tribunal de Justiça para derrubar a decisão.

Raimundo Filho foi empossado por volta do meio-dia, em sessão presidida por Alderico Campos. Além dele, participa-

ram da solenidade somente os vereadores Jorge Maru e José Raimundo Gomes. Tanto Campos quanto Gomes também respondem a processos por Improbidade Administrativa nas Varas que foram analisadas pelo programa "Pauta Zero".

Na "Nota de Repúdio", os vereadores classificaram de "violência e desrespeito" à Lei Orgânica do Município e ao Regimento da Câmara a posse do vice-prefeito, segundo eles irregular, "à medida que não foi convocada a indispensável sessão extraordinária para o ato". Assinam o documento os vereadores Sebastião Almeida, Raimundo Careca, Fernando Braga Muniz, Orlete Mafra, Francisco Charuto, Júnior do Mojó, Wilson Pires do Amaral e José Itaparandi Almeida.

Bia Venâncio foi afastada com base nos processos nº 1535-

12.2010.8.10.0049 e nº 637.96.2010.8.10.0049, ambos impetrados pelo Ministério Público Estadual (MPE). As decisões foram tomadas no bojo do programa "Pauta Zero", que analisou cerca de três mil processos da 1ª Vara de Paço do Lumiar. No mesmo dia, os juízes Paulo de Assis Ribeiro e Ângelo Antonio Alencar Santos determinaram que o presidente Alderico Campos desse posse ao vice, além de comunicar às autoridades bancárias das mu-



A prefeita afastada Bia Venâncio ingressou ontem no TJ para reformar a decisão que a tirou do cargo

Ex-gestores respondem a processos

Pelo menos quatro ex-prefeitos de Paço do Lumiar aparecem como réus em ações por Improbidade Administrativa, segundo análise do programa "Pauta Zero" da Corregedoria Geral de Justiça. No total, são 30 ações, envolvendo os ex-prefeitos Mábenes Fonseca, Walderley Ribeiro, Amadeu Aroso Neto e Gilberto Arôso.

Na lista, estão também os nomes do atual presidente da Câmara, Alderico Campos; do ex-presidente Frank Fonseca, irmão de Mábenes Fonseca, e Raimundo Borges, também gestor no município. Dos 30 processos, pelo menos 16 foram acatadas pela Justiça em sua

inicial, abrindo pauta para citação dos indiciados.

Fonseca foi eleito prefeito em 2000, tendo Gilberto Arôso como vice. Em 2003 foi cassado, nos moldes do afastamento atual de Bia Venâncio. Gilberto Arôso assumiu e se reelegeu em 2004. Apesar das ações contra ele, Arôso cumpriu rigorosamente seus quatro anos de mandato, sem ameaças de afastamento ou atentados à ordem jurídica.

Programa - A sétima edição do "Pauta Zero" obteve como desempenho 2.079 processos analisados, com 1.868 despachos, 92 decisões

e 119 sentenças.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, destacou nesta quinta-feira, no auditório da ESMAM (Escola Superior da Magistratura do Maranhão), os resultados e o trabalho inédito dos 20 juízes da força-tarefa do "Pauta Zero" em sentenciar processos da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Os processos da 1ª Vara foram analisados no auditório da escola em razão da falta de espaço no Fórum de Paço de Lumiar. Guerreiro Júnior anunciou Carolina como oitava edição do "Pauta Zero", de 18 a 22 de julho.

danças ocorridas no município.

Majoria - A posse, marcada inicialmente para as 9h, só ocorreu três horas depois, uma vez que a maioria absoluta da Câmara se recusou a empossar Raimundo Filho sem a tramitação normal do processo e o cumprimento do Regimento Interno da Câmara. Durante a solenidade de posse do novo prefeito, o presidente da Câmara afirmou que estava cumprindo uma decisão judicial.

Houve invasão dos prédios da prefeitura para recolhimento de documentos, uma vez que a prefeita não havia sido localizada no município desde quarta-feira. Para os vereadores que se opuseram à decisão da Câmara, a prefeita Bia Venâncio tem sofrido "perseguição ostensiva ao longo de sua gestão, sem que lhe seja oportunizado o legítimo direito à ampla defesa".

Como exemplo, a "Nota de Repúdio" citou que a prefeita "teve suas contas de 2009 tornadas

inexistentes pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em processo que não respeitou o prazo legal existente na Lei Orgânica daquela Corte de Contas".

No documento, os vereadores afirmam aguardar que o Tribunal de Justiça "corrija, com a celeridade que o caso requer, essa grave injustiça e restabeleça a ordem jurídica no município".

Até o fechamento desta edição, o TJ ainda não havia se manifestado quanto ao recurso interposto por Bia Venâncio.

TIMON

Juiz condena Socorro Waquim e pede seu afastamento do cargo

O juiz da 4ª Vara de Timon, Simeão Pereira e Silva, condenou a prefeita de Timon (MA) Socorro Waquim por ato de improbidade administrativa em ação Movida pelo Ministério Público Estadual no ano de 2006. A decisão determina a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos pelo prazo de seis anos e proibição de contratar com o serviço público.

Conforme publicação no site do Tribunal de Justiça, a ação foi impetrada pela promotora do

patrimônio, Selma Regina Martins no ano de 2009. A promotora questionava a dispensa de licitação na contratação da Fundação João do Vale para a realização de concurso público em 2007. De acordo com a ação, a prefeitura teria cometido a irregularidade de renúncia de receita, em que o dinheiro arrecadado pela fundação teria sido usado para as despesas e o alto montante que teria sobrado teria ficado com a João do Vale.

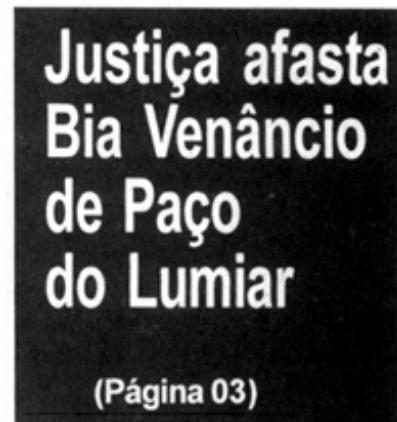
A decisão judicial do juiz Si-

meão Pereira condena ainda os servidores Roberval Marques da Silva, Mikaela Oliveira Cabral, Kleiton Assunção Martins e Eivilene do Nascimento Monteiro, que compunham a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Timon.

PREFEITURA DE TIMON - Por telefone, o secretário de comunicação da prefeitura de Timon Murilo Noleto falou sobre a condenação judicial. Segundo ele, a prefeita já sabia que esta condenação podia aconte-

cer, mas está tranquila e não se afastará do cargo.

"É uma decisão de primeira instância e para que ela se afaste terá que ter a confirmação de pelo menos uma Câmara da instância superior, o que ainda não houve. A ação é de 2009 e agora o juiz prolatou a sentença. Mas cabe recurso e vamos recorrer no Tribunal de Justiça do Maranhão. Enquanto isso, a Socorro Waquim permanece no cargo trabalhando pela cidade", explicou o secretário.



Justiça afasta Bia Venâncio de Paço do Lumiar

A prefeita não foi encontrada por oficiais de justiça na tarde dessa quarta-feira (1º), para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara.

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juizes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça. Eles acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público estadual.

A prefeita não foi encontrada por oficiais de justiça na tarde dessa quarta-feira (1º), para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara, a quem foi determinado dar posse, ainda hoje, ao vice-prefeito, Raimundo Filho (PHS). Novos mandados serão expedidos ainda nesta quinta-feira, atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar e outros implicados.

As ações integravam acervo de três mil processos para análise, despachos e sentenças da 1ª Vara de Paço do Lumiar, o alvo da sétima edição do "Pauta Zero", com encerramento na manhã dessa quinta-feira, 2, no auditório da Esmam (Renascen-

ça). É a primeira vez que o projeto criado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, com a aprovação unânime do TJ-MA, analisa atos por improbidade administrativa.

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MP afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por assinatura do contador Alexandre Santos Costa em documentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, no qual o MPE sequencia atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

O MP alega que Bia Venâncio nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva

e Orlete Mafra.

O órgão ministerial argumenta na primeira ação que Alexandre Santos Costa foi coordenador contábil da prefeitura de Paço do Lumiar, quando detectou irregularidades contábeis e administrativas em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões ao erário público.

O contador comunicou os fatos a Bia Venâncio, que prometeu montar "equipe para fazer o reparo" na documentação e pagamentos. Em 2 de março do ano passado o contador pediu exoneração do cargo após constatar que as irregularidades não seriam sancionadas. A rubrica dele aparece nos documentos entregues ao TCE, contudo exame grafotécnico do Instituto de Criminalista do Maranhão confirmou não ser sua a assinatura na prestação de contas.

Um dos argumentos jurídicos apresentados pela prefeita, ao ser intimada a se manifestar, foi a de inaplicabilidade da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) a prefeitos municipais.

"O processo trata de fatos

gravíssimos, que incluem inequívoca falsificação documental, desvio de mais de R\$ 16 milhões de cofres públicos, e a constatação de uma verdadeira quadrilha destinada a fraudar licitações e promover a "montagem" de procedimentos administrativos para legitimar a dilapidação do patrimônio municipal", assinala o juiz Paulo de Assis Ribeiro em decisão que traz como fundamentos a Lei de Improbidade Administrativa e jurisprudências do STJ e do Tribunal de Justiça do Estado.

Bia Venâncio terá 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confissão. Enquanto durar o afastamento, o cargo de prefeito será ocupado pelo vice. Cópia da decisão foi entregue ao Banco do Brasil e outros bancos que possuem relação com Paço do Lumiar.

Na Ação Civil Pública contra atos de nepotismo o juiz Angelo Antônio Alencar dos Santos fixa multa diária de R\$ 5 mil para o descumprimento da medida liminar. A multa é dirigida à prefeita, e não deve ser suportada pela Fazenda Pública Municipal, escreve o magistrado na decisão.

Ação descabida (1)

O deputado Raimundo Cutrim (DEM) foi a única voz a protestar contra a ordem da corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, à Polícia Federal para uma ação descabida junto à direção do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ela autorizou, sem consultar o TJ, busca de vários discos rígidos de gravação de uma sessão do pleno sobre ação que corre no CNJ, em segredo de justiça, contra um membro da corte estadual.

Ação descabida (2)

Cutrim considerou a medida do CNJ "uma grave lesão perpetrada contra o estado do Maranhão." A corregedora em momento algum requereu administrativamente os discos. Bastaria que ela requisitasse o material, que lhe seria enviado pelo Tribunal de Justiça. "O estado democrático de direito não comporta tais medidas de força", protestou o deputado, que é delegado federal de carreira.

Jogo duro

O líder do PT no Senado, senador Humberto Costa, disse ontem que a base governista deve adotar postura mais dura na relação com os senadores da oposição:

- Se é paz, é paz. Mas, se querem guerra, terão guerra - resumiu pouco antes de entrar no Plenário para tomar parte na sessão desta tarde.

TV aberta

O presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, já recebeu do presidente do Senado, José Sarney, a promessa de que o satélite que transmite as imagens da TV Senado cederá espaço, também, para a TV Assembleia do Maranhão. Com isso, as transmissões chegarão às repetidoras a serem instaladas em vários municípios, cujos gastos serão compartilhados com o Tribunal de Justiça, TCE e Ministério Público.

■ PAÇO DO LUMIAR

Bia Venâncio quer retornar ao cargo

Advogado da prefeita afastada ingressou com recurso no Tribunal de Justiça na tentativa de reverter a decisão que afastou a pededista do comando da cidade

FRANCISCO JUNIOR

Afastada do cargo por decisão judicial, a prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio (PDT), tenta retornar ao comando da cidade por meio de recurso interposto ontem no Tribunal de Justiça pelo advogado Nicomedes Olímpio Jansem Junior. No fim da manhã de ontem, o vice-prefeito do município, Raimundo Filho (PHS), tomou posse do cargo de prefeito, na Câmara Municipal de Paço do Lumiar. A cerimônia foi comandada pelo presidente da casa, o vereador Alderico Campos (DEM).

Filiada ao PDT, embora desde 2009 seja apoiadora declarada da governadora Roseana Sarney (PMDB), Bia Venâncio já chegou a ter o afastamento do cargo decretado por decisões judiciais de primeira instância, mas havia conseguido reverter a situação, e manter-se na cadeira. Desta vez, a decisão dos juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero" da Corregedoria Geral da Justiça que acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do

Advogado do Poder Público estuda ação contra a promotora da Comarca de Paço do Lumiar, Gabriela Brandão da Costa Tavernad.

As ações ajuizadas pela promotora, no ano de 2010, integravam o rol de 3.000 processos que estavam à espera de uma decisão na Comarca de Paço do Lumiar. No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MPE afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por

Tudo em família

Em maio do ano passado, O IMPARCIAL publicou uma matéria onde relatava a prática de nepotismo na cidade de Paço do Lumiar relatando que vários parentes da prefeita possuíam cargos na administração da pedetista. O procurador do município na época, argumentou que cargos de confiança não configuram prática de Nepotismo. Dias depois, ele pediu para sair do posto, alegando que ocorriam coisas muitas sérias no município.

Troca de camisa

Membro de uma família que tem grande tradição política em Paço do Lumiar e já teve outros nomes à frente da prefeitura da cidade, Bia Venâncio, foi

em 2008, então governador Jackson

legenda. Em 2009, quando Jackson foi cassado pelo TSE e Roseana Sarney assumiu o governo do estado, ela foi uma das primeiras lideranças políticas até então aliadas de Jackson a declarar apoio a Roseana.



Fora da prefeitura, Bia Venâncio impetrou recurso no TJ para tentar voltar ao posto

assinatura do contador Alexandre Santos Costa em documentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.1 0.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, que aponta atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores de Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

O MPE alega que Bia Venâncio nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra.

A reportagem de O IMPARCIAL conversou ontem com um dos integrantes da assessoria jurídica da prefeita Bia Venâncio que não teceu maiores detalhes sobre o caso, agora nas mãos do Tribunal de Justiça.

Ex-prefeitos respondem a 30 atos por improbidade

A prefeita Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, e pelo menos quatro ex-prefeitos aparecem como demandados em 30 atos de improbidade administrativa em Paço do Lumiar. A relação dos processos analisados e sua posição atual foi divulgada nesta quinta-feira, 2, no encerramento do "Pauta Zero" na 1ª Vara da comarca – projeto de iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça.

Mábenes Fonseca, Wanderley Ribeiro, Gilberto Aroso e Amadeu Aroso Neto são ex-gestores municipais que respondem a processos por improbidade administrativa. De acordo com a lista – onde também aparecem os nomes de Alderico Campos, José Francisco Gomes Neto e Raimundo Borges – dezenas de processos tiveram inicial recebida, com próximo passo na citação dos implicados.

Bia Venâncio é a citada isoladamente em cinco dos 30 processos. Duas ações sentenciadas resultaram nessa quarta-feira, 1º, no seu afastamento imediato do cargo, seguida de posse do vice-prefeito Raimundo Filho, e exoneração de parentes da gestora, até o terceiro grau, que ocupavam cargos em



Prefeita Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio

comissão na prefeitura.

Juízes do "Pauta Zero" justificaram as duas decisões com fundamentos em duas ações civis públicas de autoria do Ministério Pùblico estadual contra atos de improbidade administrativa praticados pela prefeita.

As ações e outros 28 atos de improbidade administrativa são parte do acervo da 1ª Vara de Paço do Lumiar. A sétima edição do "Pauta Zero" obteve como desempenho 2.079 processos analisados, com 1.868 despachos, 92 decisões e 119 sentenças.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, destacou nesta quinta-feira, no auditório da ESMAM (Escola Supe-

rior da Magistratura do Maranhão), os resultados e o trabalho inédito dos 20 juízes da força-tarefa do "Pauta Zero" em sentenciar processos da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Os processos da 1ª Vara foram analisados no auditório da escola em razão da falta de espaço no Fórum de Paço de Lumiar.

Guerreiro Júnior anunciou Carolina como oitava edição do "Pauta Zero", de 18 a 22 de julho.

FRAUDE E NEPOTISMO

- As duas ações que resultaram no afastamento de Bia Venâncio do cargo têm o MPE como autor. No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049 é respon-

sabilizada por fraude na apresentação de contas da Secretaria Municipal de Educação. Alexandre Santos Costa, ex-coordenador da prefeitura detectou irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões.

Costa, que denunciou o esquema e viria a ter rubrica falsificada em documentos, se demitiu do cargo ao verificar que a prefeita não cumpriria promessa de fazer "reparos" na documentação e pagamentos.

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela. Segundo o MPE, a prefeita afastada nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra. A decisão é extensiva ao vice-prefeito e vereadores.

Bia Venâncio tem 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confiscação dos atos atribuídos a ela.

Presos criam “Primeiro Comando do Maranhão”

Página 12

Presos criam "Primeiro Comando do Maranhão"

Inspirada no Primeiro Comando da Capital (PCC) e no Comando Vermelho, presidiários maranhenses instituíram, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o "Primeiro Comando do Maranhão (PCM)", uma organização criminosa que, segundo a polícia, é responsável por uma série de ações e rebeliões no sistema carcerário do Estado nos últimos anos. Essa organização, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, planejou a execução de 18 detentos em Pedrinhas, no ano passado.

A existência do PCM foi confirmada pela polícia há aproximadamente uma semana. Após seis meses de investigações, policiais encontraram uma garrafa com o estatuto da entidade, escrito a mão pelos detentos. O Estatuto do PCM segue as mesmas diretrizes do PCC, de São Paulo, segundo a polícia. No entanto, segundo a Secretaria de Segurança Pública maranhense, não existem indícios de que a organização do Maranhão seja uma ramificação do grupo paulista.

No Estatuto do PCM, ao qual o iG teve acesso, a organização criminosa foi fundada em 8 de novembro de 2003. Nas diretrizes do estatuto, todo integrante é passível de morte caso desrespeite os fundamentos da instituição. A única forma de um integrante do PCM deixar o gru-



po seria se convertendo a alguma igreja evangélica ou deixando definitivamente a vida criminosa. O detento ou ex-detento está sujeito a morte caso cometa algum ato de traição ou que comprometa a organização do grupo.

Assim como também ocorre com o PCC, o PCM obriga seus membros a contribuir em dinheiro, mesmo fora da prisão, como confirma o art. 15º do estatuto. "Todos os membros do comando que estejam em liberdade têm a obrigação de contribuir com uma taxa mensal. Isso será para fortalecer a instituição que servirá para todos". O PCC, conforme estatuto divulgado há alguns anos, cobrava uma taxa mensal de R\$ 50

para os integrantes do grupo em liberdade.

Ainda pelo estatuto do PCM, todos os presos devem estar disponíveis à entidade a qualquer momento para ações criminosas do grupo. A adesão ao PCM é um "pacto de sangue" e uma "aliança com o crime" que "jamais poderá ser quebrado", mostram trechos do texto.

Pelo documento, os presos pregam lealdade e transparência entre os detentos e usam alguns preceitos bíblicos adaptados como a proibição de "usar o nome do comando em vão". Além disso, o Estatuto, a formação do PCM seria uma forma de garantir "o direito de todos". "O comando não apóia, e nunca

vai apoiar, qualquer discriminação, contra qualquer preso, sendo da capital ou do interior. Porque somos todos iguais perante o crime", aponta.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais de São Luís, Jamil Aguiar da Silva, afirmou que não se surpreendeu com a instituição do PCM. "O aumento da população carcerária e a superlotação dos presídios impulsionam os presos a esse tipo de conduta. Tivemos conhecimento, recentemente, de que muitos dos apenados, que gozam do regime semiaberto, por exemplo, trabalham como 'soldados' dos líderes do PCM', aqui fora, e contribuem para a prática de novos crimes fora da cadeia", declarou Aguiar em um programa de rádio de São Luís.

Conforme informações da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, o PCM já teria planejado uma rebelião para o dia 28 de maio. Porém, o motim foi abortado porque a Polícia Civil fez uma revista preventiva no local. Esse motim seria organizado para reivindicar o retorno de alguns presos maranhenses que foram transferidos para presídios federais após as 18 mortes do ano passado e as seis execuções na prisão de Pinheiro, em fevereiro desse ano. O nome dos líderes ainda não foi divulgado pela polícia.

❖❖ O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), José Brígido Lages, participou de reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cesar Peluso, na terça-feira (31), na sede do STF, em Brasília.

❖❖ O encontro foi liderado pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, acompanhado de cerca de 100 magistrados, entre eles, 36 presidentes e representantes das Associações estaduais, trabalhistas, federais e militares.

❖❖ Na ocasião, o ministro manifestou surpresa com o que chamou de demonstração de união e de força da Magistratura brasileira. Ele recebeu apoio integral à sua proposta de reduzir o volume de recursos para melhorar a prestação jurisdicional.

❖❖ Além da chamada 'PEC dos Recursos', os magistrados pediram o apoio do ministro ao reajuste dos subsídios da Magistratura, que tramita no Congresso Nacional, ao resgate do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e da paridade entre ativos e inativos e pensionistas.

Padre Vieira, confrade Chico Viana!

(Ou vergonha para os bem-te-vis! Os sonegadores do IPTU vêm de longe contra a Cidade. Shakespeare e a mulher de César. A peleja do vereador Benedito Pires e do JP Turismo pelo Abrigo)

Herbert de Jesus Santos (*)

Quando procurei saber o que era vergonha, o primeiro grande que achei foi o Meu Tio Valério (como minhas irmãs e primos mais velhos chamavam-no e ele apreciava). Tendo-o para cair na gandaia do sábado à noite, em compensação à semana inteiriça na pescaria, amiúde, no alto-mar da Praia de Araçaji, aproveitei para tomar a bênção e priorizar a minha inquietação. Foi na minha insistência que ele despachou um velocíssimo e sobressaltado "Vergonha é do lado que se tá!" — e já num sussurro: "E depende do lado!"

Utilizei esse trecho da crônica *Vergonha Para os Bem-te-vis!*, do meu livro *Antes que Derramem a Lua Cheia*, para ficar ao lado do confrade (jornalista), vereador e médico Chico Viana, após resposta a dois artigos seus publicados no Jornal Pequeno, respectivamente, da Associação Comercial do Maranhão (ACM), por causa da acidez aos presumíveis desafetos da rumorosa cobrança do IPTU, pela Prefeitura de São Luís, e do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz José Brígido Lages, no domingo retrasado, pela morosidade no julgamento dos processos, ocasionando excesso, e, possivelmente, erros, na ligeireza dos mutirões. Nada contra as duas instituições, que estão ao lado dos seus consorciados, e seria um contrasenso, se se posicionassem de lado; tudo a favor da Minha Cidade e do Meu Estado, aos quais advogo, graciosamente.

Não precisei ainda se as duas organizações, inseridas no conjunto de leis e princípios pelos quais é regida uma sociedade, no rebate, igualmente, incisivo contra Chico Viana, verificaram à exaustão se não houve exagero dos seus representados, quanto busquei em meu ente querido o porquê de vergonha. Soube, depois, que ele só baixava o volume para sair das vistas da Minha Avó paterna, que trazia seus netos, inclusive, sob linha reta, com Meu Tio Valério sonegando informações à velha Mãe, porque, forçosamente, derrubaria que iria farrear em sua solteirice explícita. Bigode e suíças, no antanho, sinalizavam mais seriedade, não disfarce de acusados de corrupção; sem noção só de que a mulher de César não precisa só dizer que é honesta; ela tem que provar!

Com o espírito mais desarmado, talvez a ACM e a AMMA possam rever suas moções. Eu busquei elucidação a um duvidoso na minha fonte mais próxima, em criança, com que alicercei a crônica: não manjei ali bulhufas da definição do meu parente maior para a absorção do meu coco de seis anos de idade. Eu estava sendo desasnado num colégio, na Madre de Deus, cuja professora era filha de um cambista de mão-cheia, e Minha Avó, mesmo analfabeta, era caprichosa em querer-me nas letras, enquanto era zelosa, também, por São Pedro, Padroeiro dos pescadores, como todos os seus filhos, e sua capela, e sua festa, e numa venda de mingau, para ajudar na despesa caseira, ao amanhecer, e numa fezinha na Loteria do Barão de Drummond. Assim, observando que Meu Tio Valério regressava da pândega "naquela base" (às vezes, com Meu Pai, egresso de pescarias e zarpando para batucadas), já no domingo alto, cantando sambas da Turma do Quinto e toadas do Boi da Madre de Deus, com a Minha Avó, que não era desobedecida nem em seus palpites zoológicos, na repreensão de que não tinham vergonha na cara, associei que ausência era vergonha no jogo-do-bicho. Reconheci sua benquerença justiciera no poema São Pedro e Vovó Marcela (da minha obra São Luís em PreAmar): **Eu fiz escola por ela/e lia e jornal pra nós três.**

Essa minha história originou-se da nossa luta (do JP Turismo e minha) pela existência do Abrigo do Largo do Carmo, que sabichões insinceros queriam desaparecido do mapa; às claras mesmo foi o estofo do então vereador Benedito Pires I, que cerrou fileira com as nossas proposições, e os comerciantes, e taxistas do tradicional logradouro histórico, e o blindou da extinção com um projeto de lei. Só faltaram, até hoje, os consertos preservacionistas prometidos pela Municipalidade, desde 2002.



Benedito Pires I

A cerca de a omissão de pose e posses, hoje mais regra que exceção, contra nossas tradições culturais (literárias, sem um ai contra o fechamento da Biblioteca Benedito Leite, há dois anos), eu fechei o texto do meu título, assim: Vergonha até para os bem-te-vis, que perseveram pela conservação dos seus ninhos e coletivo espaço, seja contra adversários mais portentosos, ou aves de rapina, no instinto de que no bom combate pelas árvores de todos porea a oxigenação da sobrevivência da sua espécie e do seu gorjeo.

Seria o caso de procedermos, audaciosos e diligentes, pelejando pelo bem-comum, oferecendo apoio ao prefeito João Castelo, como Chico Viana está sugerindo, na expectativa da concretização das obras que São Luís necessita, para ter sua vida melhorada, com os buracos crônicos, a bem da verdade, recebidos do seu antecessor, sem insinuação, quando menos, de que crateras lunares da sua gestão só não são visíveis por que foram preenchidas com a camuflagem de postos de gasolina, e os meios de comunicação mais pesados emudeceram, sem essa visão. A população carece da classe empresarial, política, magistratura, etc., concedendo uma chancela preciosa à Cidade. Porque aparecemos mais no cenário nacional pela depreciação de vergonha (desonra, humilhação ou rebaixamento do Estado mais pobre e sofrido), urge o País tomar ciência de menções para o progresso generalizado, na exaltação da essência da honra, brio, altivez, firmeza e dignidade, qual na ação dos bem-te-vis, que têm interesse que não diverge, comunitariamente, do da gente, em alteza. Se não surgir o ansioso, fornecida a trégua à Prefeitura, firmado o acordo, valerá a pena o pau cantar.

A igrejinha não alisou sequer o Padre Antônio Vieira, que comprou a maior briga com as descendências das mazelas que pisaram aqui, e quase leva a breca na fogueira da Inquisição lusitana, depois que os sequazes de Jerônimo de Albuquerque iniciaram a colonização com o genocídio dos Tupinambás que ajudaram os franceses na Fundação de São Luís: eram sentenciados de Portugal, ou homicidas, salteadores, rufiões e chantagistas, na penitenciária do Brasil; para a América, foram luteranos e calvinistas, dissidentes da Igreja Católica, filósofos e acesumes literários, dando em que os E.U.A. são a desavença da política internacional, não em democracia interna, onde filhos de presidentes vão presos por qualquer homem da lei, para servir de exemplo, e aqui os fora-da-lei, com uma carteirada, ou "eu sou filhinho-do-papai!", safam-se, ilesos, do xadrez, mais para ladrões de galinha e outros pés-de-chinelo.

Há algo de podre no Reino da Dinamarca, em relação aos mais ferrenhos opositores do IPTU de São Luís, universalizando a peça de Shakespeare e o desabafo do príncipe Hamlet. O Informe do Jornal Pequeno, de 22.5.2011, realçou que a reprovação é de "uma minoria barulhenta, detentora do poder econômico, visivelmente incomodada com a possibilidade de pagar um IPTU bem mais próximo da realidade". Cá, com meus botões, são os bacanas do soçaite que sofrem de ojeriza, para se "coçarem" com o dinheiro do imposto devido, quando não gozam os benesses do poder. Não é de hoje. A coluna Atos & Fatos, do JP de 13.8.1997, estampou manchete de capa: **Figurões que devem o IPTU não ter o nome revelado**.

Esses estropícios sociais, ali, no JP, foram sugestionados a serem conscientes, por uma publicidade inteligente e moralizadora: "Pague em dia o seu IPTU! Você ajuda a limpar a cidade e fica de consciência limpa"! Não sei o bicho que deu nessa vergonhosa celeuma. Os imorais, aqui, só dormem sossegados com a consciência suja e São Luís pior!

(*)Jornalista, escritor e do IHGM

TJMA cadastra 700 presos no Programa Começar de Novo

Aproximadamente 700 apenados dos regimes aberto e semi-aberto do Maranhão foram cadastrados no sistema de dados psicossociais do Programa Começar de Novo, que possibilita traçar um senso carcerário com o perfil socioeconômico dos presos nessa condição para fins de execução de medidas de ressocialização pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado.

O relatório contendo esse levantamento foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo desembargador Fróz Sobrinho, coordenador local do programa e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

É o primeiro resultado do censo da população carcerária realizado pelo CNJ, que já foi iniciado nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. O trabalho consiste no levantamento de informações sobre aptidões e interesses profissionais, escolaridade, renda familiar e condições

de saúde, com o objetivo de facilitar o acesso dos detentos a cursos de capacitação e oportunidades de emprego oferecidas pelo programa.

O sistema, que está sendo implantado em todo país pelo desembargador Fróz Sobrinho e auxiliares, foi desenvolvido numa parceria do TJMA com os técnicos da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Estado do Maranhão (Seati), e foi selecionado pelo CNJ como modelo para a implantação do sistema de gerenciamento eletrônico das ações do Programa Começar de Novo. Nessa primeira etapa do censo carcerário, o levantamento de dados contou ainda com o apoio da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária do Estado.

Censo – Dos apenados cadastrados, 665 estão no regime semiaberto, 30 estão no regime aberto e, apenas 1 (um) é egresso, que está em liberdade, mas continua sendo acompanhado pelo Programa. A maioria é do

sexo masculino (92,81%).

De acordo com os dados prévios do relatório, 76,43% têm interesse em trabalhar na construção civil, em diversas modalidades, 68,10% desejam abrir seu próprio negócio. Dos cadastrados, 85,7% declararam que sabem ler e escrever e 36,78% concluíram o ensino fundamental (6º ao 9º ano).

O sistema também permite que o cadastro aponte informações previdenciárias: 32,61% dos internos declararam que já contribuíram para o INSS e 33,47% trabalharam de carteira assinada. Duzentos e setenta e oito (39,94%) foram trabalhadores rurais e 40% pescadores.

A renda familiar declarada por 90% dos entrevistados está em torno de um salário-mínimo. Mais da metade (58%) declarou ser pardo ou negro e 54% declararam ser católicos e 23% evangélicos.

Mais de 100 internos foram atendidos pelos psicólogos e assistentes sociais do Programa Começar de Novo para serem enca-

minados a cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho. As empresas da construção civil estão oferecendo 350 vagas, em diversas funções no segmento. Atualmente, cerca de 40 cadastrados no sistema estão trabalhando e recebendo remuneração apoiados por quinze empresas, parceiras do programa, nas áreas de serviços gerais, mecânica, lavanderia e refrigeração.

Começar de Novo - Integrante da equipe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), o desembargador Fróz Sobrinho é o responsável em apresentar o programa, que pretende alcançar todos os 27 tribunais do país.

A página do SCN na internet é alimentada com dados relativos à situação penal de cada presidiário, pelos estados. Esses dados são inseridos no sistema pelo Poder Judiciário dos estados, Secretarias de Segurança Pública, parceiros institucionais e familiares dos presos reeducandos.

■ Banco Santos

O juiz Régis Rodrigues Bonvicino, da 1^a vara Cível de Pinheiros, profere despacho em que se recusa a estender o prazo para que a família Cid Ferreira retire os bens móveis da mansão.

De acordo com o magistrado, a família teve tempo para isso: de 21/1 a 31/5. Quanto à alegação da esposa do ex-banqueiro, de que estaria doente, Bonvicino é mau: "traga a ré atestados médicos, dos médicos de Washington, EUA, para comprovar o que disse em 48 horas improrrogáveis. Como Marcia de Maria Cid Ferreira retornou de lá, no dia 20 de maio, ela trouxe, com certeza, tais atestados"

TJMA vai transferir juizados cíveis e criminais para o fórum do Calhau

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu na sessão administrativa de quarta-feira, 1º, por maioria, que os treze juizados Cíveis e das Relações de Consumo e os três juizados Especiais Criminais de São Luís funcionarão no Fórum "Desembargador Sarney Costa", no Bairro do Calhau, na área onde funciona, atualmente, as varas judiciais.

As varas existentes no fórum serão transferidas para o prédio anexo que está em construção, com previsão de entrega para dezembro. A decisão atendeu à solicitação dos juízes titulares dos juizados especiais à Corregedoria Geral da Justiça, por meio de abaixo assinado.

No documento, os juízes argumentam que o objetivo é otimizar a prestação de serviço à população, além de outras

mudanças positivas, a exemplo da redução de gastos com o aluguel de prédios pelo Poder Judiciário.

O pedido foi acompanhado pela OAB/MA, que se posicionou em favor da mudança. A Ordem realizou audiência pública no ano passado com cerca de 200 advogados, quando a proposta dos juízes titulares foi aceita pelos presentes.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, enfatizou em seu voto que o fórum é o local ideal por permitir aos jurisdicionados encontrar, no mesmo espaço, os juizados e as varas judiciais, com serviços mais próximos, modernos e céleres, além de evitar o deslocamento desnecessário de um bairro para o outro, dependendo do problema em questão.

1ª Vara de Lago da Pedra faz Mutirão de Audiências

A 1ª Vara de Lago da Pedra deu início na quarta-feira, 1º, ao Mutirão de Audiências de conciliação, instrução e julgamento de processos do Juizado Especial Cível da comarca. O objetivo da ação comandada pelo titular da unidade, Alessandro Bandeira Figueiredo, é diminuir o grande fluxo demandas na Vara.

Segundo Bandeira, esse fluxo aumentou consideravelmente no decorrer desse ano. "De janeiro a maio desse ano já foram ajuizadas três mil novas ações na 1ª vara", disse. Um total de 989 audiências está agendado para acontecer durante o Mutirão.

E as ações devem continuar. De acordo com o juiz, para evi-

tar um maior congestionamento de processos na unidade outros mutirões serão realizados no decorrer de todo o ano.

A próxima iniciativa do tipo está prevista para o mês de outubro, quando, segundo Bandeira, serão designadas cerca de 800 audiências cíveis, criminais e do Juizado Especial.

Justiça condena prefeita de Timon por improbidade

A prefeita de Timon, Maria do Socorro Almeida Waquim (PMDB), foi condenada pela Justiça por ato de improbidade administrativa relacionado à contratação da Fundação João do Vale para a realização do concurso público de nível fundamental e médio realizado em 2007. A decisão é do juiz da 4ª Vara, Simeão Pereira e Silva, e atinge ainda os funcionários Roberval Marques da Silva, Mikaela Oliveira Cabral, Kleiton Assunção Martins e Evilene do Nascimento Monteiro, todos membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura.

A condenação é fruto de uma Ação Civil Pública impetrada pela promotora do Patrimônio, Selma Regina Martins, ainda em 2009, na qual foi denunciada a dispensa de licitação na contratação da Fundação João do Vale para a realização do concurso. No certame, segundo a ação, o município praticou o que se chama de renúncia de receita, em que o dinheiro arrecadado com as inscrições dos candidatos foi utilizado pela fundação nas despesas com o concurso. Os milhares de reais que sobraram também ficaram com a Fundação João do Vale.

Segundo a promotora Selma

Regina Martins, a fundação arrecadou cerca de R\$ 801 mil com as inscrições, número astronomicamente superior ao que gastou no concurso.

Para se ter uma ideia, a Fundação Carlos Chagas, renomada instituição realizadora de concursos em todo o Brasil, cobra em média cerca de R\$ 200 mil para realizar um concurso. "O que nós deduzimos é que em Timon pode ter sido realizado o concurso público mais caro do mundo", avaliou a promotora.

Além da renúncia de receita, que é incompatível com o discurso do governo que costumeiramente

reclama da falta de recursos, a promotora observou que um dos principais diretores da fundação João do Vale, professor Eliesio Campelo Lima, é aliado político da prefeita Socorro Waquim. Ele foi candidato a vereador pelo PT do B, partido integrante da coligação que apoiou a prefeita de Timon.

Eliesio foi também assessor do gabinete da prefeita e depois assessorou a secretária municipal de Educação, Sueli Almeida, que é irmã da prefeita.

Cabe recurso da sentença junto ao TJ-MA. (Por Oswaldo Viviani, com portais)

DESCE
↓

A prefeita de Timon, Maria do Socorro Almeida Waquim (PMDB), foi condenada pela Justiça por ato de improbidade administrativa relacionado à contratação da Fundação João do Vale para a realização do concurso público de nível fundamental e médio realizado em 2007.

Quilombolas lutam para que o governo e a Justiça lhes dê apoio

Representantes de cerca de 30 comunidades quilombolas saíram da frente do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem, por volta das 15h30, onde estavam acampados desde quarta-feira (1º), e seguiram em passeata pela Rua do Egito até chegar à Avenida Beira-Mar, onde fecharam por alguns

minutos a cabeceira da Ponte José Sarney. Em seguida, carregando faixas e cruzes de madeira, os manifestantes retornaram para a Avenida Pedro II e na ladeira da Montanha Russa deitaram todos no chão, relembrando aqueles que foram mortos durante os conflitos de terra. **ÚLTIMA PÁGINA**

G. FERREIRA



Quilombolas saíram às ruas para fazer protesto contra a violência no campo

Grupos de quilombolas param o trânsito na Ponte José Sarney

POR GABRIELA SARAIVA

Representantes de cerca de 30 comunidades quilombolas saíram da frente do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem, por volta das 15h30, onde estavam acampados desde quarta-feira (1º), e seguiram em passeata pela Rua do Egito até chegar à Avenida Beira-Mar, onde fecharam por alguns minutos a cabeceira da Ponte José Sarney.

Em seguida, carregando faixas e cruzes de madeira, os manifestantes retornaram para a Avenida Pedro II e na ladeira da Montanha Russa deitaram todos no chão, relembrando aqueles que foram mortos durante os conflitos de terras. Na porta do Palácio dos Leões, os grupos encerraram a passeata, depois de acender velas de cor vermelha e preta, também em homenagem às vítimas das violências.

O movimento foi coordenado por representantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA). De acordo com o advogado e vice-presidente da comissão, Rafael Silva, o objetivo da manifestação foi chamar atenção da sociedade e do poder público para a situação de violência sofrida no campo e na cidade, na disputa de terras. "O Estado precisa assumir uma postura efetiva nessa situação. Quando falo de Estado, eu me refiro a toda sua estrutura", enfatizou Rafael.

Durante a passeata, os manifestantes acusaram o atual governo do Estado de ser conivente com os despejos, atos de pistolagens e violência nas disputas de terras no Maranhão. Os quilombolas ressaltaram que o protesto representa uma forma de resistência aos despejos forçados e ameaças sofridas por diversas famílias, na luta pela posse de suas terras.

O lavrador Ednaldo Padilha, integrante do Quilombo Cama-



Durante passeata, quilombolas protestaram pela violência cometida contra eles

putiua, localizado no município de Cajarí, contou que ele já foi vítima de uma tentativa de assassinato.

Segundo o lavrador, o proprietário de terras José Emetério Santos Sousa tentou lhe matar a golpes de facão, mas foi impedido pela comunidade, que interveio em sua defesa. "Ele já chegou a falar publicamente que só vai embora de lá quando matar três pretos, eu, minha irmã, que é a presidente da associação - Maria Antônia de Sousa, e José Raimundo Araújo dos Santos, que é agente comunitário de saúde", afirmou.

Espera por autoridades - Segundo Rafael Silva, os quilombolas só vão desfazer o acampamento após a presença de algum representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério da Justiça, do Programa Nacional de Proteção dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

"O problema fundiário que enfrentamos aqui não é mais uma questão regional e sim de caráter nacional. O Maranhão tem hoje o maior número de comunidades

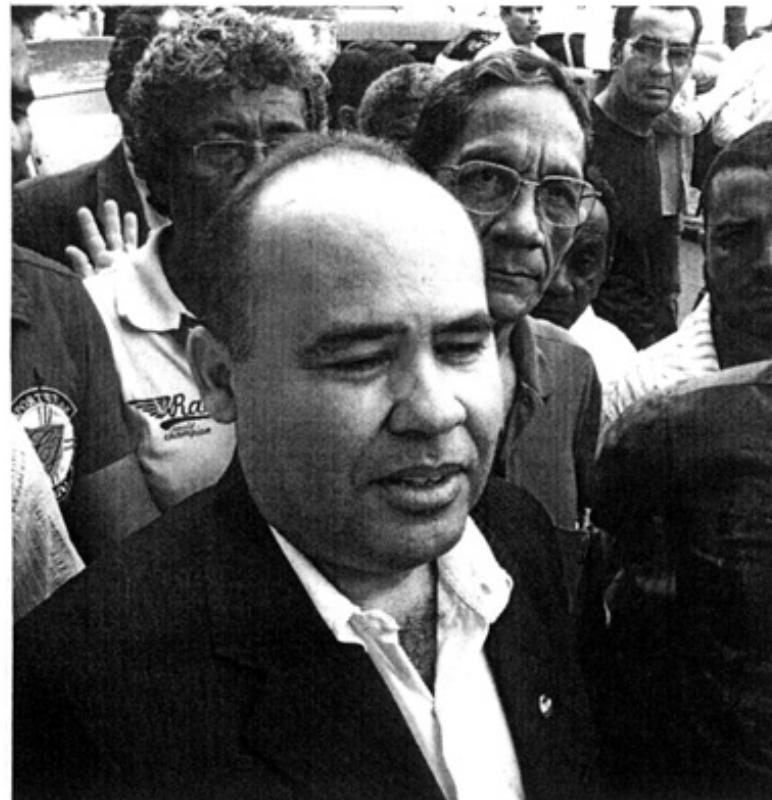
quilombolas de todo o país, um total de 500. Para que cada comunidade seja reconhecida é necessário um estudo antropológico; mas, 'vergonhosamente' no Incra só existe um profissional deste", declarou o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA.

Rafael Silva também ressaltou que o Poder Judiciário do Maranhão não tem dado a atenção necessária para os despejos sofridos por essas famílias, que na verdade querem apenas a posse da terra. "Essa é uma questão social e não criminal. As pessoas estão lutando pelo direito à vida porque é da terra que tiram seu sustento. Todos os procedimentos formais já foram feitos por essas comunidades. Eles reivindicam por sua cidadania ativa", afirmou o advogado.

Policiais do Batalhão de Choque, da Polícia Militar, foram chamados e permaneceram em frente ao Palácio dos Leões. Em torno de 114 pessoas participaram da passeata, número que, segundo os manifestantes, representa a mesma quantidade de pessoas que foram mortas nos conflitos de terras quilombolas.

Raimundo Filho é empossado prefeito de Paço do Lumiar

Assumiu o comando da prefeitura de Paço do Lumiar, no final da manhã de ontem, o vice-prefeito Raimundo Filho (PHS). A cerimônia aconteceu na Câmara de Vereadores e foi coordenada pelo presidente da Casa, vereador Alderico Campos. Raimundo Filho substitui a prefeita Bia Venâncio, afastada do cargo pelos juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria-Geral da Justiça. Eles tomaram a decisão acatando duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público estadual. PÁGINA 5



Raimundo Filho tomou posse sob os olhares do povo

Raimundo Filho é empossado prefeito de Paço do Lumiar

Assumiu o comando da prefeitura de Paço do Lumiar, no final da manhã de ontem, o vice-prefeito Raimundo Filho (PHS). A cerimônia de posse aconteceu na Câmara de Vereadores e foi coordenada pelo presidente da Casa, vereador Alderico Campos.

Raimundo Filho substitui a prefeita Bia Venâncio, afastada do cargo na quarta-feira, 1º, pelos juizes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria-Geral da Justiça. Eles tomaram a decisão acatando duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora munici-

pal, ambas de autoria do Ministério Público estadual.

A Câmara de Vereadores foi decorada para a solenidade de posse e teve hasteada uma bandeira do Movimento "Ame o Paço". Na praça, em frente à sede do Poder Legislativo do município, houve uma grande concentração de populares, satisfeitos com a decisão judicial.

Advogados da prefeita Bia Venâncio informaram que irão recorrer da decisão, o que pode ser feito no prazo de 15 dias. Durante o período do afastamento, o município será administrado pelo vice-prefeito Raimundo Filho.

Ex-prefeitos de Paço do Lumiar respondem a 30 atos por improbidade

A prefeita Glorismar Rosa Venâncio, a "Bia Venâncio", e pelo menos quatro ex-prefeitos aparecem como demandados em 30 atos de improbidade administrativa em Paço do Lumiar. A relação dos processos analisados e sua posição atual foi divulgada ontem, no encerramento do "Pauta Zero" na 1ª Vara da comarca – projeto de iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça.

Mábenes Fonseca, Wanderley Ribeiro, Gilberto Aroso e Amadeu Aroso Neto são ex-gestores municipais que respondem a processos por improbidade administrativa. De acordo com a lista – onde também aparecem os nomes de Alderico Campos, José Francisco Gomes Neto e Raimundo Borges – dezesseis processos tiveram inicial recebida, com próximo passo na citação dos imputados.

Bia Venâncio é a citada isoladamente em cinco dos 30 processos. Duas ações sentenciadas resultaram na quarta-feira, 1º, no seu afastamento imediato do cargo, seguida de posse do vice-prefeito Raimundo Filho, e exoneração de parentes da gestora, até o terceiro grau, que ocupavam cargos em comissão na prefeitura.

Juízes do "Pauta Zero" justificaram as duas decisões com fundamento em duas ações civis públicas de autoria do Ministério Público estadual contra atos de improbidade administrativa praticados pela prefeita.

As ações e outros 28 atos de improbidade administrativa são parte do acervo da 1ª Vara de Paço do Lumiar. A sétima edição do "Pauta Zero" obteve como desempenho 2.079 processos ana-



Guerreiro Júnior reúne juízes e comemora o Pauta Zero em Paço do Lumiar

lisados, com 1.868 despachos, 92 decisões e 119 sentenças.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, destacou ontem, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), os resultados e o trabalho inédito dos 20 juízes da força-tarefa do "Pauta Zero" em sentenciar processos da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Os processos da 1ª Vara foram analisados no auditório da escola em razão da falta de espaço no Fórum de Paço de Lumiar. Guerreiro Júnior anunciou Carolina como oitava edição do "Pauta Zero", de 18 a 22 de julho.

Fraude e nepotismo – As duas ações que resultaram no afastamento de Bia Venâncio do cargo têm o MPF como autor. No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049 é responsabilizada por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação. Alexandre Santos Costa, ex-coordenador da prefeitura, detectou irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões.

Costa, que denunciou o esquema e viria a ter rubrica falsificada em documentos, se demitiu do cargo ao verificar que a

prefeita não cumpriria promessa de fazer "reparos" na documentação e pagamentos.

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela. Segundo o MPF, a prefeita afastada nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra. A decisão é extensiva ao vice-prefeito e vereadores.

Bia Venâncio tem 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confissão dos atos atribuídos a ela.

Presidente do TJMA discute reivindicações de servidores

Reajuste do auxílio-saúde, incorporação de 11,98% aos vencimentos e a recuperação das perdas inflacionárias. Essa pauta de reivindicações foi discutida entre o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus) e o desembargador Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ontem. Após ouvir o sindicalista, o presidente do Tribunal recomendou a criação de uma Comissão que ficará responsável por elaborar um projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa até agosto, contendo essa questão das perdas inflacionárias. Se aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo, a recuperação das perdas só poderá ser implementada em 2012.

A Comissão terá como representantes do TJMA o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, e o diretor de Recursos Humanos, Aurino Rocha. Pelo Sindjus atuará o advogado Pedro Duailibe.

Em relação ao percentual de 11,98%, o desembargador disse que a implementação desse benefício traria impactos significativos no orçamento do Tribunal e ultrapassaria o montante que pode ser gasto com pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que traria sanções. Ainda impediria o Tribunal de investir em melhorias para os servidores, inclusive no reajuste do auxílio-saúde. Dessa forma, avaliou que conceder esse direito juridicamente seria mais prudente.

Começar de Novo cadastra apenados

Aproximadamente, 700 apenados dos regimes aberto e semiaberto do Maranhão foram cadastrados no sistema de dados psicossociais do programa Começar de Novo, que possibilita traçar um censo carcerário com o perfil socioeconômico dos presos nessa condição para fins de execução de medidas de ressocialização pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O relatório contendo esse levantamento foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo desembargador Fróz Sobrinho, coordenador local do programa e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

LEVANTAMENTO

É o primeiro resultado do censo da população carcerária realizado pelo CNJ, que já foi iniciado nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. O trabalho consiste no levantamento de informações sobre aptidões e interesses profissionais, escolaridade, renda familiar e condições de saúde, com o objetivo de facilitar o acesso dos detentos a cursos de capacitação e oportunidades de emprego oferecidas pelo programa.

O sistema, que está sendo implantado em todo país pelo desembargador Fróz Sobrinho e auxiliares, foi desenvolvido numa parceria do TJ-MA com os técnicos da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Estado do Maranhão (Seati), e foi selecionado pelo CNJ como modelo para a implantação do sistema de gerenciamento eletrônico das ações do Programa

ZOADA AQUI NÃO

Os quilombolas que estão acampados na praça Dom Pedro II, entre os palácios que sediam o poder executivo e o judiciário, no centro de São Luís, decidiram tocar um tambor de crioula para espantar o sono e esquecer um pouco as injustiças quando veio uma ordem do Palácio dos Leões para “acabar com a zoada”. Os donos do poder acham que o toque do tambor é zoada. E sinhazinha nem dorme ali, pois prefere a Mansão Mal Assombrada do Calhau. É assim que “eles” tratam o povo.

PAUTAZERO

O corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão acertou na mosca quando antecipou a correição na Comarca de Paço do Lumiar, na Grande São Luís. Como resultado, os juízes apreciaram os processos envolvendo a prefeita Bia Venâncio e não deu outra: determinaram pelo afastamento da dita cuja por uma série de crimes. Resta saber até quando este afastamento vai perdurar.

BIA E NENZIN

Bem que os prefeitos Bia Venâncio e Manoel Mariano de Sousa, o Nenzin, podiam fazer uma forte associação no Maranhão. A primeira, segundo o Ministério Público, desviou 16 milhões de reais da área educacional de Paço do Lumiar. O segundo, pelas apurações da Polícia Federal, fez um raspa geral em quase todos os setores e ficou com 50 milhões de reais de Barra do Corda. Com 66 milhões de reais os dois formariam uma empresa e tanto. Daí poderiam ensinar para os colegas como ficar com o dinheiro do povo. Bia Venâncio até que foi afastada pela justiça. Já Nenzin está no cargo para continuar fazendo das suas. Num país sério os dois estariam na cadeia.

Assessores de Bia levam processos da Prefeitura

O vice-prefeito do município de Paço do Lumiar, Raimundo Filho (PHS), tomou posse no fim da manhã de ontem no lugar de Bia Venâncio, afastada pela Justiça, ontem, após julgamento de ações que a denunciaram por improbidade administrativa. O, agora, prefeito Raimundo Filho tomou posse na Câmara de Vereadores. Quem lhe deu posse foi o presidente da Casa, o

vereador Alderico Campos. Advogados da prefeita Bia Venâncio tentam conseguir liminar para derrubar a decisão da Justiça. Durante a solenidade de posse, Raimundo Filho foi avisado de que alguns assessores de Bia Venâncio estavam tirando pastas com processos da sede da Prefeitura lumense. A Polícia Militar foi acionada e o prédio foi interditado até a chegada do

novo prefeito. Ontem, durante o encerramento do "Pauta Zero", foi anunciado que os ex-prefeitos Mábenes Fonseca, Wanderley Ribeiro, Gilberto Aroso e Amadeu Aroso neto estão como demandados em 30 atos de improbidade administrativa. **Página-5**

Ex-prfeitos de Paço do Lumiar serão citados

A prefeita Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, e pelo menos quatro ex-prefeitos aparecem como demandados em 30 atos de improbidade administrativa em Paço do Lumiar. A relação dos processos analisados e sua posição atual foi divulgada ontem, 2, no encerramento do "Pauta Zero" na 1ª Vara da comarca – projeto de iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça.

Mábenes Fonseca, Wanderley Ribeiro, Gilberto Aroso e Amadeu Aroso Neto são ex-gestores municipais que respondem a processos por improbidade administrativa.

De acordo com a lista – onde também aparecem os nomes de Alderico Campos, José Francisco Gomes Neto e Raimundo Borges – dezesseis processos tiveram inicial recebida, com próximo passo na citação dos implicados.

Bia Venâncio é a citada isoladamente em cinco dos 30 processos. Duas ações sentenciadas resultaram nessa quarta-feira, 1º, no seu afastamento imediato do cargo, seguida de posse do vice-prefeito Raimundo Filho, e exoneração de parentes da gestora, até o terceiro grau, que ocupavam cargos em comissão na prefeitura.

FUNDAMENTOS

Juízes do "Pauta Zero" justificaram as duas decisões com fundamento em duas ações civis públicas de autoria do Ministério Público estadual contra atos de improbidade administrativa praticados pela prefeita.

As ações e outros 28 atos de improbidade administrativa são parte do acervo da 1ª Vara de Paço do Lumiar. A sétima edição do "Pauta Zero" obteve como desempenho 2.079 processos analisados, com 1.868 despachos, 92 decisões e 119



Guerreiro Júnior anunciou o resultado do "Pauta Zero" em Paço do Lumiar

sentenças. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, destacou ontem, no auditório da ESMAM (Escola Superior da Magistratura do Maranhão), os resultados e o trabalho inédito dos 20 juízes da força-tarefa do "Pauta Zero" em sentenciar processos da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Os processos da 1ª Vara foram analisados no auditório da escola em razão da falta de espaço no Fórum de Paço de Lumiar.

Guerreiro Júnior anunciou Carolina como oitava edição do "Pauta Zero", de 18 a 22 de julho.

NEPO' ISMO

As suas ações que resultaram no afastamento de Bia Venâncio do cargo têm o MPE como autor.

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049 é responsabilizada por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação. Alexandre Santos Costa, ex-coordenador da prefeitura detectou irregularidades em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões.

Costa, que denunciou o es-

quema e viria a ter rubrica falsificada em documentos, se demitiu do cargo ao verificar que a prefeita não cumpriria promessa de fazer "reparos" na documentação e pagamentos. O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela. Segundo o MPE, a prefeita afastada nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra. A decisão é extensiva ao vice-prefeito e vereadores.

Presidente do TJ discute pauta com os servidores

Reajuste do auxílio-saúde, incorporação de 11,98% aos vencimentos e a recuperação das perdas inflacionárias. Essa pauta de reivindicações foi discutida entre o presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus) e o desembargador Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ontem, 2, na sede do TJ em São Luís.

Após ouvir o sindicalista, o presidente do Tribunal recomendou a criação de uma Comissão

que ficará responsável por elaborar um projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa até agosto, contendo essa questão das perdas inflacionárias. Se aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Executivo, a recuperação das perdas só poderá ser implementada em 2012.

A Comissão terá como representantes do TJMA o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, e o diretor de Recursos Humanos, Aurino Rocha. Pelo Sindjus atuará o advogado Pedro Duailibe.